

Repúdio a “Presenças Feministas”: análise do discurso em comentários masculinos quanto ao feminismo em Belém do Pará

Repudio de las “Presencias Feministas”: análisis del discurso de los comentarios masculinos sobre el feminismo en Belém do Pará

Repudiation to “Feminist Presences”: speech analysis of male comments regarding to feminism in Belém, Pará

Fernanda Almeida de Souza

Karla Jamily Gomes Pereira Ribeiro

Maria Eduarda Pinheiro da Silva

Bárbara Araújo Sordi

Resumo: A violência contra as mulheres é um problema de saúde pública na capital paraense. Sendo um constructo sócio-histórico desde período colonial, sua ocorrência se dá em várias formas e espaços, como em discursos misóginos nas redes sociais. Este artigo analisou o repúdio ao feminino praticado por homens em comentários sobre um livro feminista em plataforma digital de grande circulação em Belém do Pará. Utilizou como método a análise de discurso, onde se encontraram três categorias de análise: deslegitimação do movimento feminista e de mulheres feministas, defesa da matriz heterocolonial de gênero e a “Casa dos Homens”, que resultou na afirmação das redes sociais como uma tecnologia da matriz colonial de gênero. Concluiu-se a importância da desnaturalização e politização de práticas cotidianas de violências de gênero a partir de referenciais feministas.

Palavras-Chave: Feminismo. Misoginia. Redes Sociais. Masculinidade. Casa dos Homens.

Resumen: La violencia contra las mujeres es un problema de salud pública en la capital de Pará. Al ser un constructo sociohistórico desde la época colonial su ocurrencia se da en diversas formas y espacios, como en los discursos misóginos en las redes sociales. Este artículo analizó el repudio a lo femenino realizado por hombres en comentarios a un libro feminista en una plataforma digital de amplia circulación en Belém do Pará. Se utilizó como método el análisis del discurso, donde se encontraron tres categorías de análisis: deslegitimación del movimiento feminista y mujeres feministas, defensa de la matriz de género heterocolonial y “del hogar de los hombres”, que derivó en la afirmación de las redes sociales como tecnología de la matriz de género colonial. Se concluyó la importancia de desnaturalizar y politizar las prácticas cotidianas de violencia de género a partir de referentes feministas.

Palabras Claves: Feminismo. Misoginia. Redes Sociales. Masculinidad. Casa de los Hombres.

Abstract: Violence against women is a problem of public health in the capital of Pará. Being a socio-historic construct since the colonial period, its occurrence happens in various forms and spaces, such as misogynistic discourses on social media. This article analyzed the repudiation towards the feminine made by men in comments about a feminist book on a digital platform of great circulation in Belém, Pará. By utilizing speech analysis, three categories of analysis were found: delegitimization of the feminist movement and feminist women, defense of the heterocolonial gender matrix, and “the house of men”, which resulted in the statement of social media as a technology of the colonial gender matrix. It was concluded that the importance of denaturalization and politicization of daily practices of gender violence from feminist references.

Keywords: Feminism. Misogyny. Social Media. Masculinity. House of Men.

Fernanda Almeida de Souza – Psicóloga pelo Centro Universitário Metropolitano da Amazônia. E-mail: fernandaa.souza.psyco@gmail.com

Karla Jamily Gomes Pereira Ribeiro – Psicóloga pelo Centro Universitário Metropolitano da Amazônia. E-mail: karlajgpr@gmail.com

Maria Eduarda Pinheiro da Silva – Psicóloga pelo Centro Universitário Metropolitano da Amazônia. E-mail: contatomariedu.p@gmail.com

Bárbara Araújo Sordi – Doutora em psicologia pela Universidade Federal do Estado do Pará. Especialista em Psicologia da saúde e hospitalar. Psicanalista. Professora universitária. E-mail: barbarasordi@hotmail.com

INTRODUÇÃO

As violências de gênero, em especial as violências contra as mulheres, são um verdadeiro problema de saúde pública que atinge tanto a saúde mental quanto a física de mulheres brasileiras, produzindo sofrimentos psíquicos e somáticos de diversas ordens, causando impactos não apenas individuais mas também estruturais, dada a necessidade de oferecimento de serviços públicos para acolher estas demandas, que não se encerram nas violências e que se estendem a familiares. A realidade alarmante da permanência da violência doméstica em solo brasileiro pode ser evidenciada em números estatísticos que se mantêm ano após ano, tal como pode ser observado em dados recentes: em 2022, os feminicídios cresceram 6,1%, resultando em 1.437 mulheres mortas simplesmente por serem mulheres; além disso, houve aumento de 2,9% de violência doméstica (245.713 casos), 7,9% (613.529 casos) dos registros de ameaça, 49,7% do assédio sexual (6.114 casos) e 37% (27.530 casos) de casos de importunação sexual segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (BRASIL, 2023).

Dados também revelam que apenas no Estado do Pará, entre o período de 1 de janeiro a 18 de junho do mesmo ano, houve um aumento de 25% dos casos de violência doméstica, e de 20% em casos de feminicídio, sendo uma mulher vítima de feminicídio a cada 6 dias (G1, 2023). Esses indicadores denunciam a necessidade masculina de reafirmação do poder sobre os corpos e a vida de mulheres, através da manipulação, da força e, por fim, do feminicídio. Destaca-se o marcador “raça” como fator de vulnerabilidade, uma vez que, das mulheres vítimas, 61,1% eram negras e 38,4% brancas (LARA *et al.*, 2016; BRASIL, 2023).

Sendo um fenômeno complexo e multideterminado, partimos da premissa da existência de uma matriz colonial de gênero, proposta por Maria Lugones (2020), que refere um modelo binário cisheteronormativo, patriarcal e racista que se instaura desde a invasão colonial, produzindo ditames sobre o binarismo universalizante dividido entre os polos homem e mulher brancos, os humanos e os não humanos (pessoas negras escravizadas e sequestradas e indígenas), isto é, desumanizando pessoas fora do padrão hegemônico. Esta matriz, por sua vez, seria produtora de modos de subjetivação, de emocionalidades, de performances de gênero e das relações de poder, sejam elas linguísticas, espaciais, econômicas ou políticas, dentre outras.

Desta forma, operações generificadas, afirma Lauretis (1996), são mantidas por meio de tecnologias de gênero, isto é, instrumentos que manipulam um sistema de representações que atribuem significados (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, tabus, entre outros) a indivíduos dentro da sociedade, internalizando relações de poder e criando a ideia de essência feminina e masculina, como a mídia, as músicas, as piadas, as cores relacionadas ao gênero e afins. Sendo assim, não apenas violências fatídicas podem ser observadas em dados estatísticos mas também violências simbólicas que justificam, toleram e mantêm, de maneira naturalizada, quaisquer violências (LARA *et al.*, 2016; BOURDIEU, 1998).

As redes sociais podem, portanto, ser consideradas como tecnologia de gêneros por serem veículos de produção, divulgação e manutenção das práticas de relações de raça e gênero. Dentre estas, também servem como ferramentas de manutenção do ódio e de desqualificação de mulheres e dos movimentos feministas – embora mascaradas de sítios de “liberdade de expressão” –, assim como caracterizam-se em espaço de socialização masculina, pois reiteram práticas viris e de agressividade, presentificando relações de poder.

Apresentadas tais reflexões, este artigo propõe analisar o repúdio ao feminismo proferido por homens em comentários realizados na rede social *Facebook*, e seus significados culturais nas relações de poder. Compreendendo práticas discursivas como maneiras singulares nas quais as pessoas produzem ativamente realidades psicológicas e sociais, e que o uso da linguagem pode revelar aspectos microfísicos das relações de poder e do nível macro (estrutural) dos sistemas políticos e disciplinares, escolheu-se a publicação realizada em jornal local de grande circulação acerca da divulgação de um livro de crônicas feministas de autoras de Belém (SPINK; GIMENES, 1994).

Esta escolha se deu, inicialmente, pela posição política em realizar uma pesquisa local, valorizando nossos saberes, práticas e cultura da região Norte – tão marginalizada como periferia nacional –, como também por permitir perceber a reação de homens diante da publicação de um livro feminista, escrito por mulheres e crítico das normativas sociais de relações de gênero.

A origem das crônicas publicadas veio da rede social *Facebook*, cujas autoras objetivavam democratizar debates acadêmicos, com linguagem acessível, partilhando vivências diárias e descortinando violências naturalizadas; logo, disputando espaços de poder e propondo uma narrativa feminista crítica, a divulgação do lançamento local não ocorreria sem receber resistências. É nesta direção que este trabalho também propõe uma narrativa de desnaturalização de violências cotidianas, bem como de comentários nas redes sociais diante do evento em Belém. Nossa ferramenta é a literatura feminista e anticolonial, considerando-a fundamental para reflexões críticas que aqui se propõem.

Assim, esta é uma pesquisa feminista regional que se propõe a analisar o discurso em comentários masculinos na rede social *Facebook* a partir das lentes de autoras decoloniais, que vêm contribuindo para fissuras da heteronormatividade e colonialidade de poder e saber.

Reitera-se a importância destes estudos no campo da psicologia não apenas pelo gênero se configurar como um importante determinante social de saúde (ZANELLO, 2020a), mas por acreditarmos que a compreensão de práticas discursivas e de tecnologias de gênero permitem aproximações das construções discursivas e seus efeitos nos modos de subjetivação, assim como essas aproximações possibilitam aspirar meios e dispositivos para enfrentamento de violências de gênero.

Com efeito, este trabalho tem o intuito de compreender, contribuir e agregar material bibliográfico da realidade paraense, muitas vezes desvanecido ou pouco divulgado pela academia.

1. Metodologia

A Análise de Discurso Crítica (ADC) se baseia em uma abordagem interdisciplinar de estudos, empregada para investigar criticamente a estrutura de um problema social em relações assimétricas de poder, com desenvolvimento de estratégias e reflexões para a superação de problemas sociais existentes, de acordo com o contexto social, por meio do discurso. É comprometida com a emancipação social e compreensão mais ampla da vida social para contrapor estas práticas hegemônicas, a saber, machistas, racistas e classistas, sustentadas pela colonialidade (LAZAR, 2008).

Como campo de análise, escolheu-se uma reportagem jornalística, de plataforma digital local paraense, consolidada em Belém do Pará, a partir de comentários realizados nessa plataforma digital de rede social. O objeto de análise foram comentários de homens em relação à matéria acerca do lançamento de livro de crônicas feministas de autoras da região. Dessa forma, elegeu-se esse objeto partindo do amparo metodológico da Análise do Discurso Crítica

Feminista (ADCF) de Lazar (2008), que propõe os seguintes elementos: 1) Ativismo analítico; 2) Gênero social como estrutura ideológica; 3) Complexidade das relações de gênero e poder; e 4) Reflexividade crítica e feminista.

A primeira etapa – a coleta de dados – foi realizada em setembro de 2023, tendo como critério analisar os comentários disponíveis no período, proferidos por homens. Logo, comentários adicionais que possam ter ocorrido após tal período não foram analisados.

Neste momento da pesquisa, encontraram-se 25 comentários masculinos. Em seguida, esses foram discriminados para leitura e análise minuciosa. Verificou-se, então, que 23 comentários abordevam o repúdio ao feminino e apenas 02 tinham movimento de apoio e admiração ao trabalho de mulheres, porém, recebendo grande resistência dos demais homens, fato que fora analisado ao longo dos resultados. Logo, constatou-se que a maior parte das manifestações eram de desqualificação feminina. Em um terceiro momento, tabelaram-se os 23 comentários negativos para uma análise discursiva pormenorizada.

Os comentários foram tabelados pela proximidade discursiva do conteúdo narrativo manifesto, permitindo a criação de categorias de análise. Foram utilizadas as categorias de análise como método por concordarmos com Chouliaraki e Fairclough (1999) em relação ao seu uso, que, além de facilitar a compreensão, permitem alcançar complexidade analítica e reflexões críticas feministas ao se considerar o gênero como uma estrutura ideológica e de relações de poder, demonstrando o que as falas anunciam de estrutural e o contexto que comunicam, isto é, as práticas discursivas sociais.

Como categoria, encontrou-se “Repúdio ao feminino” como eixo comum a todos os comentários, porém, com estratégias distintas de manifestação que, embora se entrelacem e se retroalimentem, produzem linhas discursivas importantes de serem destacadas. Portanto, nesta etapa, optou-se em dividir “Repúdio ao feminino” em três pontos de análise: 1) deslegitimação do feminino e de mulheres feministas; 2) defesa da matriz heteronormativa colonial de gênero; e 3) a Casa dos Homens.

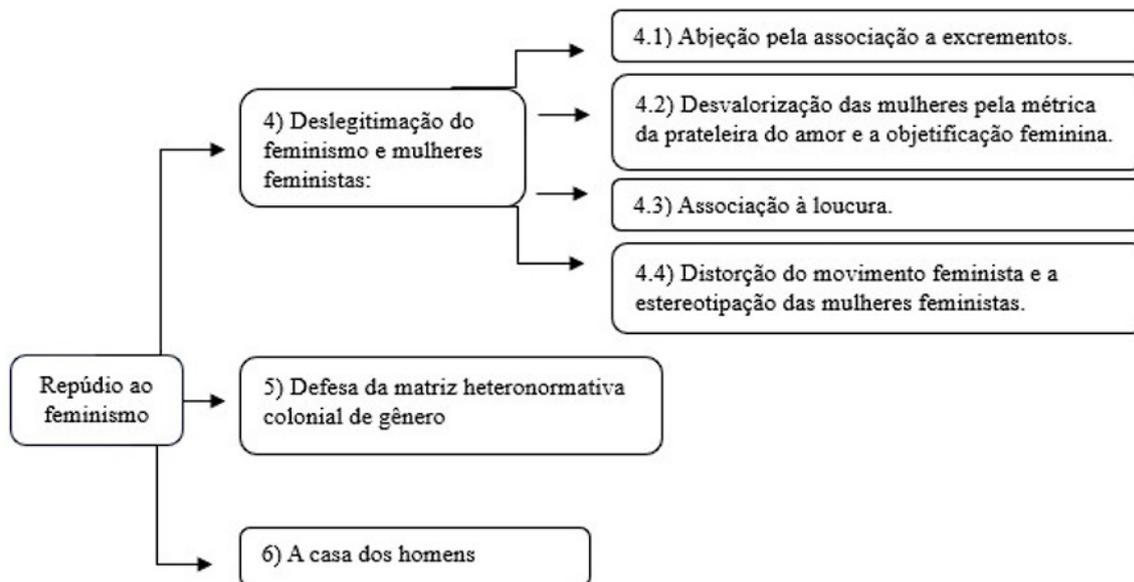
Em relação ao item “deslegitimação do feminino”, também se ramificou a análise a partir dos eixos: abjeção pela associação a excrementos; desvalorização das mulheres pela métrica da Prateleira do Amor e objetificação feminina; associação à loucura; distorção do movimento feminista e estereotipação das mulheres feministas. Ressalta-se que alguns comentários se enquadram em duas categorias, como fazer associação a excremento e, no mesmo comentário, desqualificar a mulher pela métrica da Prateleira do Amor. Portanto, embora a quantificação dos dados seja fidedigna em relação aos eixos centrais de análise, optou-se por não realizar tal quantificação nos subitens, devido a esta peculiaridade.

2. Resultados e Discussão

Como já referido, para analisar cada comentário, elencaram-se categorias de análise. Dos 23 comentários selecionados na reportagem, verificou-se que todos faziam alusão ao repúdio ao feminismo, que se manifesta a partir de uma capilaridade discursiva que reitera a matriz colonial de gênero. Destes, 12 comentários demonstraram repúdio ao feminismo e a mulheres feministas, a partir da abjeção pela associação a excrementos, desvalorização das mulheres pela métrica da Prateleira do Amor e a objetificação feminina, associação à loucura, distorção do movimento feminista e a estereotipação em mulheres feministas, sendo consideradas, portanto, subcategorias de análise.

Somado a isso, foram também encontrados 7 comentários que representam a defesa da matriz heteronormativa colonial de gênero, e 4 comentários encontrados acerca da manutenção da Casa dos Homens, sendo estas categorias elencadas no fluxograma a seguir:

Figura 1: Fluxograma ilustrativo



Fonte: Elaboração própria.

3. Deslegitimação do Feminismo e de Mulheres Feministas

O repúdio ao feminismo se materializa nas mais diversas formas, tanto em práticas sociais que dominam e subjagam corpos, como na tentativa ativa de apagar e diminuir anos de história e lutas dos movimentos feministas. De acordo com Sordi (2022), há um motivo para tal resistência, uma vez que proposições feministas têm como intuito transformar a realidade estabelecida e tensionar relações de poder, denunciando e questionando o privilégio masculino, branco, heterossexual e cisgênero, como cita:

Neste sentido, os feminismos convidariam a uma troca de lentes, nas quais as opressões ocultas e a história oficial passariam a ser questionadas e as microrrelações de poder, analisadas e refletidas, não permanecendo impunes e lidas como naturais. (SORDI, 2022, p. 21)

Dentre as formas apresentadas como resultado, fora a deslegitimação do feminismo e de mulheres feministas, encontram-se: abjeção pela associação a excrementos; desvalorização das mulheres pela métrica da Prateleira do Amor e a objetificação feminina; associação à loucura; distorção do movimento feminista e a estereotipação das mulheres feministas, as quais serão desenvolvidas a seguir.

3.1. A Abjeção pela Associação a Excrementos

Em relação à noção de abjeção, foram encontradas nos comentários variadas associações entre feminismo a excrementos: “CREDO (emoji de vômito)”, “Emoji de fezes”, “Representam as suvaquentas” e “Que merd”.

A marginalização de mulheres e de tudo o que o feminino representa é a forma mais ativa e plausível de apagamento da luta. Judith Butler (1990a), em sua obra *Gender Trouble*, traz o conceito de *abjeto* atrelado a gênero e inteligibilidade. Isto porque, na matriz heteronormativa, há a exigência de coerência inteligível entre genitália, identidade, desejo (orientação sexual) e expressão sexual. Sendo assim, é abjeto aquilo que se encontra à margem da sociedade e do corpo; tudo o que é considerado indesejável, que rompe com suposta coerência discursiva lógica de essencialização dos corpos, na esfera cotidiana e social, tratados como excrementos.

Mary Douglas (1996) atesta que aquilo que é sujo vai contra a própria ordem social, e Rodrigues e Gruman (2021) atrelam diretamente a ideia da sujeira com o abjeto, na qual o abjeto, por ser parte integrante do corpo em algum momento e ter sido expelido, representa uma lembrança constante de que um dia fez parte daquele corpo, limpo e íntegro. A pessoa abjeta é desumanizada e representaria, portanto, uma ameaça constante ao ser o que se é; ao mesmo tempo, recai sobre ela uma projeção do que é socialmente considerado à margem: aquilo que, embora faça parte de nós, é um excremento, que causa vergonha e precisa ser expurgado.

Desta forma, há uma ligação direta entre a ordem social, as normas e a forma de ver o abjeto, na qual essa ordem é diretamente ameaçada pela sua existência; o paradoxo de que, ao mesmo tempo que esse abjeto representa a existência de algo ameaçador para a ordem, ele se faz necessário para que a ordem exista (RODRIGUES; GRUMAN, 2021, p. 72).

Lugones (2020), ao pensar sobre colonialidade de gênero, afirma-nos que o modelo binário pautou lugares muito bem estabelecidos para os homens (aqueles fortes, viris, mas também que detêm a vida e espaços públicos) e para mulheres (aquelas passivas, doces, frágeis, voltadas ao cuidado e espaço privado). Pautou também um processo de desumanização para indivíduos não brancos europeus, como indígenas e pessoas negras, sequer lidas como seres de direitos.

Neste caso, cabe também ressaltar que mulheres que fogem do padrão imposto pela colonialidade de gênero acabam sendo consideradas ameaças, muitas vezes desumanizadas, tratadas como objeto. Se pensarmos a noção binária colonial entre a representação das mulheres santas (aquelas voltadas ao lar) e as putas (marginalizadas e perigosas), compreende-se uma gama de práticas discursivas em que mulheres precisam seguir um destino normativo, de subjugação, para serem legitimadas. Ainda assim, tudo que remete ao feminino é menos valorizado, remunerado e associado à fraqueza, passividade, restando a elas o casamento e a maternidade, mesmo que a solidão¹ seja condição às negras e trans.

Contudo, cabe ressaltar que não se trata apenas do repúdio às mulheres feministas: há um repúdio ao feminino em si enquanto atributo biológico e cultural das mulheres, sendo as características de ambos os aspectos considerados como “menores”, fato escancarado estatisticamente nos salários inferiores ou não remunerados². Esta base também coloca mulheres como propriedades, cuja função é servir, e o rompimento disto traz retaliações misóginas, podendo evoluir tanto para violências psicológicas como também infligidas em seus corpos, culminando até na morte.

¹ Zanello (2020) aponta que há uma solidão específica, racializada, o que faz com que grande parte das mulheres solteiras (que nunca casaram, viúvas e separadas) no Brasil sejam negras (pretas e pardas).

² Aqui se fala da economia do cuidado, na qual o trabalho de cuidadora é desvalorizado no Brasil. De acordo com Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (Pnad), realizada pelo IBGE, as taxas de realização de afazeres domésticos pelas mulheres brancas (90,5%), pretas (92,7%) ou pardas (91,9%) são sempre mais altas que a dos homens dos mesmos grupos de cor ou raça (80,0%, 80,6% e 78,0%, respectivamente).

Sendo assim, na análise das mensagens de homens na matéria do jornal belenense, foram encontradas representações que nos levam a associar a figuração de escárnio e abjeção, sendo elas *emoji* de vômito e *emoji* de fezes. Seguindo essa lógica, reconhece-se que mulheres em espaços de poder e que propõem reflexões críticas sobre as normativas de gênero, ameaçando privilégios garantidos com as assimetrias, podem ser tratadas como verdadeiras aberrações, que precisam ser expelidas e excretadas.

3.2. Desvalorização das Mulheres pela Métrica da Prateleira do Amor e a Objetificação Feminina

Zanello (2020b) desenvolve o conceito de “Prateleira do Amor” ao discorrer sobre o modo de subjetivação proposto pela colonialidade para mulheres. Sendo assim, o amor romântico – monogâmico, patriarcal, que exige sacrifícios e identificação com cuidado para as mulheres – faz com que haja grande dispêndio de energia física e psíquica, de tempo, voltada às relações amorosas. Nesta lógica, o amor romântico é palco de ideais subjetivos, fazendo com que a subjetivação consigo mesmas (autoimagem, autoestima, forma de se relacionar) tenha como parâmetro os ditames culturais do olhar desejante e privilegiado masculino, isto é, que estejam aptas a serem escolhidas por algum homem.

Esta lógica que cria adubo para rivalidades femininas também impõe um padrão hegemônico de beleza inalcançável, marcando uma eterna insatisfação e vínculo com o sistema capitalista das indústrias de beleza. Esta lógica também é efêmera, pois está em constante ameaça e é profundamente desempoderadora, uma vez que o poder está nos homens que avaliam, julgam, escolhem mulheres, conferindo seus valores.

Além disso, ainda dentro do repúdio ao feminino e refletindo sobre qual a ideia de feminino que a norma social considera “a mulher” (universal), parte-se de um pressuposto que exista uma imagem padronizada o suficiente que se encaixe dentro desta norma, sendo a idade mais um fator/marcador de vulnerabilidade.

A noção de “solteirona”, discorre Zanello, foi uma criação que emergiu ao longo do século XX no Brasil, diante do exercício da sexualidade feminina, em que a prostituta passa a ser lida como doente, perdida, excessiva, ao passo que a solteira é vista como não escolhida, fracassada, incapaz de amar e infeliz por não cumprir seu destino como mulher pela via da maternidade. Logo, não ocupar um lugar na “Prateleira” seria degradante, ofensivo, de diminuição dos ditos atributos considerados positivos ao universo feminino, como uma forma de humilhação.

Reitera-se também que a mulher preta sempre esteve em espaços públicos para o trabalho servil, objetificada. Como Grada Kilomba (2020) afirma, corpos pretos, além de sexualizados, são tidos como não merecedores de afetos.

A “solteirona” também estaria relacionada ao etarismo. Yokomizo e Lopes (2019) trazem em suas reflexões que a perda desta idealização da “mulher nova” e o envelhecer são motivos de sofrimento para mulheres, pois passam a ser ameaçadas de perder o lugar social de esposa e sua funcionalidade, estando menos suscetíveis aos olhares e à validação masculina; já para os homens, o sofrimento se dá pela perda de virilidade e força.

Figura 2: Imagem satírica com três mulheres idosas



Fonte: Imagem de circulação em rede social, sem autoria conhecida, utilizada no site pesquisado. Data de acesso: 12 de setembro de 2023.

A imagem acima que relaciona “a crônica” com três mulheres idosas, cuja legenda é “coroa vírus: estado de calamidade”, expõe como a idade chega para as mulheres dentro do imaginário social: no formato de escárnio, trazendo um tipo de humor para suas aparências e pondo um prazo de validade em sua forma de vestir-se e portar-se; elas não estão aptas ao público, ao desejo e ao poder. Impõe, em certa medida, a ideia de que as autoras não estão aptas ao amor; que são descartáveis e indesejáveis, resumindo-as, mais uma vez, ao corpo. Na imagem mostrada, as três mulheres são associadas à palavra “calamidade”, que significa “grande desgraça” e “infelicidade pessoal”, assim como a um estado o qual fora decretado durante a pandemia de Covid-19 (SARS-CoV-2), denominado “estado de calamidade pública”, um vírus mortal. As autoras também completam:

Atualmente, em diversas culturas, a juventude é entendida como um valor, que deve ser conquistado e mantido através de formas de consumo e em qualquer idade, principalmente pelas mulheres. Nesse contexto, a velhice passa a ser também um valor, este negativo, expressando doença, negligência com o corpo e falta de motivação para a vida. (YOKOMIZO; LOPES, 2019, p. 219)

Ainda nesta linha reflexiva, Lugones (2014) confirma a desumanização de corpos que rompem ao binarismo colonial, e Rodrigues e Gruman (2021) afirmam que pela desumanização há também a impossibilidade de vida, na qual lazeres cotidianos são vetados, tais quais comer bem, vestir-se bem e, principalmente, amar (e ser amada). Nos comentários de homens, verificou-se alegoria a animais, como o *emoji* de pererecas (resumindo as mulheres à genitália) e *emoji* de macaco (sendo uma das escritoras uma mulher negra). Ou seja, mulheres reservadas ao sexo, não ao matrimônio; quando não, mulheres sem humanidade, animalizadas.

Nesta direção, também foi possível encontrar tal representação na publicação do comentário que põe em questionamento a possibilidade de afeto recebido por mulheres feministas: “*Ora feministas, depois que inventaram isso, só aumentou o número de mulheres encalhadas*”.

Neste sentido, um marcador é importante de ser destacado na colonialidade de gênero: o casamento para mulheres como lugar de reconhecimento social e como aspecto identitário e subjetivo. Sobre isso, Zanello (2020a) aduz que o amor romântico para mulheres se torna a principal fonte de energia investida e motor para fantasias, idealizações e adestramento de performances femininas. A autora afirma a existência de um “empoderamento colonizado”, pois a mulher casada encontra um lugar social, de ter sido escolhida, de destaque perante outras mulheres, mas, ao mesmo tempo, recai sobre ela uma gama de opressões naturalizadas, como o sacrifício de si em detrimento do cuidado de outros(as), a busca por manter-se desejável e a rivalidade feminina, movida pela insegurança e efemeridade de seu local de poder diante da necessidade de validação masculina.

Diante do comentário “*só uma (emoji de pombo) bem grande poderia acalmá-las*”, é possível notar tamanha exposição e sexualização a respeito dos corpos das mulheres, em uma cultura do estupro que justifica, tolera e estimula a objetificação sexual feminina. Este aspecto colonial, no qual o poder é encarnado ao padrão hegemônico masculino e branco, coloca-se acima de tudo e de todos, considerando a natureza e as mulheres como passíveis de exploração e as pessoas negras mais próximas do polo “natureza”, isto é, passíveis de serem apenas usadas.

No entanto, travestida muitas vezes de piada e/ou opinião, a dominação masculina gera consequências reais na sociedade, como a objetificação e a violência sem filtros, expondo o aspecto do corpo “público” feminino, e na maneira de pensar e julgar as ações dos homens, sempre culpabilizando a mulher por ter “provocado”, “merecido” ou “procurado por isso” (LARA *et al.*, 2016).

Neste processo, desvalorizadas no amor e na intelectualidade, as mulheres que rompem padrões hegemônicos são abordadas como descartáveis, vistas com menos humanidade e, como nos afirma Lugones (2014), animalizadas: vistas como corpos para trabalho pesado, sem sentimentos a serem considerados, como pode ser observado na vivência das subalternas (negras, indígenas, trans e latinas).

3.3. A Associação à Loucura

A história da psiquiatria, como relata Zanello (2020a), contou com a predominância do silenciamento de discursos de mulheres e desvalidação de suas narrativas. A internação psiquiátrica surgiu como reguladora para as insubmissas, com a criação de patologias que justificassem os seus desvios de conduta, tendo as instituições psiquiátricas um papel regulador de gênero e incentivado não somente por médicos mas também pela sociedade, em prol de uma moralidade religiosa atrelada à colonização brasileira (ZANELLO, 2020a, p. 20).

Para tanto, as motivações para a internação de mulheres que supostamente se associavam aos sinais e sintomas fisiológicos considerados como predisposição ao adoecimento psíquico eram lidas a partir de comportamentos e valores morais de gênero e feminilidade, pela perspectiva/leitura do médico (RUSSO, 1996).

Afirma-se, portanto, que a psiquiatria foi uma ferramenta importante na estigmatização de mulheres como “loucas”, e dos tratamentos severos para docilização, configurando-se como uma pedagogia eficaz na manutenção do ideal de maternidade e subserviência, bem como na regulação

das performances sociais femininas (ZANELLO, 2020a). Rebecca Solnit (2017) assevera existir um verdadeiro canibalismo narrativo na atualidade, pelas interrupções de falas, questionamento da veracidade dos fatos e o não reconhecimento de argumentações femininas, ou explicar às mulheres o que elas já sabem.

Sendo assim, no comentário “*psiquiatra liberou as duas de uma vez*”, identifica-se imaginário acerca das mulheres feministas: elas que precisam ser cerceadas de liberdade por romperem com o poderio hegemônico, assim como o argumento irônico e jocoso de deslegitimação pela loucura, a qual não merece ser ouvida. Portanto, a associação à loucura é uma estratégia patriarcal de desvalidação da narrativa das mulheres e dos limites solicitados por elas (SORDI, 2022).

3.4. Distorção do Movimento Feminista e a Estereotipação das Mulheres Feministas

Segundo Sordi (2022), os movimentos feministas são movimentos sociais, políticos, teóricos e filosóficos, embora ao longo da história venham passando por inúmeras estratégias de distorção quanto às suas lutas e desqualificações. Para Faria Alves e Silva Alves (2013), o movimento feminista e o empoderamento das mulheres assumiram papéis atrelados à busca de direitos, mas também à emancipação. A busca por autonomia e os questionamentos sobre as imposições sociais fizeram com que mulheres feministas se tornassem estereotipadas, sendo um dos recursos de estigma referente a padrões estéticos, como presença de pelos e peso.

Associando-as ao descuido e à sujeira, passaram a ser ridicularizadas pela forma que sustentam seu corpo ou por rótulos que pressupõem uma forma de existir, como pode ser observado neste comentário: “*As crônicas de como deixar o SUVACO, VIRILHA, (emoji de sapo) CABELUDAS E FEDO-RENTAS (emoji de macaco) essas feminazis só se acalmam com uma (emoji de pombo) bem grande (emojis de riso)*”.

O uso da metáfora como figura de linguagem para compará-la a um animal, remetendo-a ao corpo feminino e ao imaginário da mulher feminista, além de possuir o teor animalesco/sexual, também remonta às marcas do colonialismo com a objetificação de mulheres negras, vistas como selvagens. A animalização serve como um dispositivo de distinção do Outro, demarcado nas redes sociais com o uso de *emojis*, onde a sátira funciona como um ataque e manutenção à imposição colonial de gênero (LUGONES, 2014, p. 935).

Assim, a padronização dos corpos das mulheres e o padrão de beleza disseminado em nossa sociedade possui sua origem no colonialismo, que ditou e marcou o que é tido como “belo”, aceito e desejado, diretamente ligado ao modelo europeu branco (GÓMEZ; DA ROCHA, 2018). Entretanto, não há mulher que se encaixe completamente neste padrão, visto que ele é simbólico, uma forma de limitar e pôr rédeas no feminino e em suas subjetividades.

No entanto, somos ensinados a classificar os sujeitos pela forma com que se apresentam corporalmente. Desta maneira, para classificar uma mulher, ela precisa obedecer aos padrões estéticos impostos a ela, como a remoção de pelos, um corpo magro e branco; além disso, precisa performar feminilidade, chegando até mesmo a submeter-se a diversas cirurgias para então ser considerada uma mulher “padrão” (LOURO, 1999, p. 15). A partir disso, o movimento feminista surge também com o intuito de romper com essas imposições culturais e sociais diante do corpo das mulheres que, mais uma vez, tornam-se estigmatizadas e associadas ao que foi dito como abjeto anteriormente: sujas e desleixadas. Constata-se essa afirmação conforme comentário na imagem abaixo: “*Elas se preparando para ir ao lançamento*”.

Figura 3: Mulher penteando os pelos da axila



Fonte: Imagem de circulação em rede social, sem autoria conhecida, utilizada no site pesquisado. Data de acesso: 12 de setembro de 2023.

Tais imagens e comentários antifeministas publicados – “*Ora feministas, depois que inventaram isso, só aumentou o número de mulheres encalhadas*” / “*Ok segue aí com teu feminismo, quem sabe tu consegue algum incentivo pra poder comprar um Prestobarba e se depilar*” / “*feminismo é a pior coisa que existe no mundo*” – permitem visualizar como as mulheres feministas são vistas: como seres de aparência horrenda e desleixadas com a higiene pessoal.

Demarca-se, portanto, pelas falas, a descredibilização virtual do movimento feminista a partir da rotulação dessas mulheres como um abjeto, algo que deveria ser extinguido da sociedade, associando a luta feminista a algo “impuro” e sujo, recorrendo à ideia de abjeto social (DOUGLAS, 1996). Outro aspecto que aparece nos comentários é associar o feminismo ao nazismo, o que também é uma forma de deslegitimação do movimento, referindo-as como “feminazis”. Torna-se um dispositivo de ataque, como se o movimento tivesse o objetivo de propagar o ódio aos homens.

Portanto, o tom utilizado faz entender que quem conta uma piada ofensiva também acredita que esse discurso será aceito pelo interlocutor, uma vez que é normalizado na sociedade, desqualificando pautas importantes que o movimento propõe para homens e mulheres (LARA *et al.*, 2016). Doravante, mostra-se como mais um mecanismo para distorcer e desqualificar a luta e a emancipação feminina dentro do movimento feminista.

4. Defesa da Matriz Heteronormativa Colonial de Gênero

Há uma construção histórica das relações de poder gendrificadas. Laqueur (1992) relata que a Revolução Francesa fez com que o contrato social precisasse legitimar a exclusão das mulheres dos direitos civis, resultando que o discurso biológico garantisse e justificasse, às mulheres, o espaço privado, e, aos homens, o público. Já Lugones (2020) afirmou como esse modelo dominante e imperialista chegou às américas, impondo a forma de ser e existir.

Sendo assim, a noção de público e privado, abordada pelas feministas, demonstra como foram criados espaços distintos para homens e mulheres, delegando às mulheres o trabalho doméstico e a esfera do privado; e, para as negras, o espaço público de trabalhos menos valorizados econômica e socialmente, geralmente trabalhos braçais, relacionados ao cuidar da casa de outras mulheres, as brancas (ROCHA-COUTINHO, 2004). Quando há uma inversão destes papéis, ou quando mulheres rompem com estes espaços e adentram o espaço público para trabalhar em outro formato, acontecem críticas como as dos comentários escolhidos no post: “*Lavar uma louça não quer*” e “*Não presta nem pra acender um fogo!*”. Ambos os comentários reforçam a ideia já previamente discutida do local que uma mulher ocupa dentro da esfera privada, seja pela desqualificação de que não faz o básico, seja pela ideia de preguiçosa, como reforçamento do lugar da mulher de servidão ao lar.

É dentro destes conceitos que se compreende o que o seguinte comentário elucidava: “*Descarregar uma carreta de cimento é direitos iguais, bora feministas, amanhã tem duas aqui na Batista Campos!*”. Percebe-se que, para a admissibilidade de trazer mulheres para o espaço de trabalho comum, o discurso proferido por homens é em forma de convite à subalternidade e nunca para trabalhos intelectuais, reforçando a diferença binária por marcadores biológicos masculinos, inclusive apagando a existência do corpo negro, do qual sempre fora exigida a força física.

Djamila Ribeiro (2017), ao destacar a mulher negra como “outra do outro”, também demonstra como a branquitude ignora as pautas das questões raciais, mesmo em correntes feministas. Assim, as marcas das violências estruturais evidenciadas levam a uma espécie de desumanização e marginalidade, com ausência de direitos garantidos e pautas ignoradas.

Diante disso, a principal ferramenta da mulher para alcançar sua própria emancipação é o investimento em sua própria intelectualidade, para que, segundo hooks (1995), consiga entender sua realidade e o mundo em sua volta. Sobretudo, no caso de mulheres negras, que buscam a intelectualidade não em prol de um local de poder, mas em busca de sobrevivência e resistência.

É o que se pode ver no comentário: “*Nem vale a pena ler uma parada dessas. Tudo o que tem, narrativa identitária não vale 1 centavo, é tudo panfletagem ideológica e nada demais*”, deslegitimando o movimento como mais uma prova de que o machismo se utiliza das redes para efetivação e manutenção das tecnologias de gênero nos dias atuais, e de que sua perspectiva acerca da conquista intelectual de mulheres, bem como do local em que elas ocupam, ainda é motivo de rejeição por esses homens. Adicione-se, corroborando esta afirmativa, o seguinte comentário: “*Professoras da UFPA onde não forma um empreendedor pró futuro de um estado sem futuro, imagina o tipo de profissional que essas FORMAM*”, ridicularizando e inferiorizando o papel de mulheres dentro de universidades, como educadoras.

Cabe ressaltar que os feminismos têm denunciado como a ciência é um espaço de poder longe da neutralidade. Sendo assim, lugar de fala e representatividade³ se tornam aspectos importantes. Nesta direção, a ideia de uma disciplina reflexiva e política acaba sendo atacada com a crítica de se resumir à militância, onde se ignoram a subjetividade e a educação como construções sociais e políticas.

³ Ambos os conceitos podem ser melhor estudados em “O que é lugar de fala” (RIBEIRO, 2017), obra onde a autora descreve local de fala como sendo um local dentro do ponto de vista discursivo; local este no qual corpos subjugados e subalternizados reivindicam sua existência a partir de suas vivências e saberes. E representatividade é lida por Djamila como poder ver este local de fala sendo exercido pelos corpos que são realmente afetados por esse discurso.

Desta forma, reitera-se, a partir das reflexões de Kilomba (2020), que a estrutura de opressão tem por objetivo silenciar e deslegitimar mulheres, principalmente negras, para que essas vozes não sejam ecoadas e suas pautas atendidas, e assim não possuam um espaço de debate ativo frente ao machismo, ao colonialismo e ao racismo.

5. Casa dos Homens

Pensar a construção e o estudo das masculinidades também dialoga com o debate aqui proposto: o repúdio ao feminino. Os comentários por homens ao longo do *post* que remeteram à obra das autoras – como “*Inveja mata*” – para defender o trabalho também são levados a um tom jocoso pela feminização – “*ainnn noffa lacrou menine*” –, na qual a desqualificação vai pela associação do repúdio ao feminino e à discriminação da diversidade sexual, logo, à defesa do modelo hegemônico da masculinidade como único prevalente, aceitável e respeitável.

O controle social entre homens se dá justamente pela vigilância e desqualificação, associando a menos valia a atributos femininos, não heterossexuais, ou pela ameaça de exclusão perante o grupo ou por violências concretas, pela via da agressividade.

Ir contra o *script* masculino terá um custo: o de ser rechaçado pelo grupo identitário da masculinidade. Nesse diapasão, Zanello (2020a) afirma existir um movimento presente na cultura, reiterado através de um caráter de performance que reafirma e recria valores históricos e sociais, principalmente na mídia, onde são naturalizados e reproduzidos de forma desenfreada os comportamentos machistas.

Não obstante, além do feminino tornar-se um ponto de rejeição, também é notável nos comentários o reflexo das relações estruturadas entre homens pela dominação.

Concordar com uma opinião feminina tem consequências: o concordante passa a ser alvo de ataque/combate de outros homens, tendo a sua virilidade questionada, pois ele se torna uma ameaça à própria união masculina e sua força em relação aos privilégios. Welzer-Lang (2001) remonta esta ideia à “Casa dos Homens”: metáfora utilizada para demonstrar o comportamento homoafetivo como influente na origem da masculinidade, no qual quem avalia a conduta e a tomada de decisão de saberes nas relações interpessoais são os homens para os próprios homens, e não as mulheres.

Sendo assim, a homossociabilidade é vivida e experimentada nestes grupos em que homens corrigem e modelam outros homens, seja por uma etapa de construção de um ideal masculino, seja pela imposição e punição daqueles que tentam resistir aos códigos e hierarquias; uma guerra contra eles mesmos, em que a melhor defesa é o ataque (WELZER-LANG, 2001). Tais formas de manutenção hierárquica nas redes sociais se dão pela linguagem, pela violência simbólica, sendo mais um locus de imposição do poder masculino refletido pela cultura paternalista, e a linguagem como produto de uma lógica de dominação (BOURDIEU, 1998).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos feministas e os estudos de masculinidades têm demonstrado como o gênero é identitário, afetando a saúde mental populacional e reverberando em fatores sociais. Este tema se reputa importante devido à imensa demanda de comentários misóginos que foram registrados na matéria analisada, como reflexo discursivo de relações identitárias coletivas e sociais que se man-

têm e se materializam em ações no cotidiano, nas quais o ódio ao que se entende como feminino e feminista se institui e consolida, como se comprova nesta pesquisa.

Verificou-se que o repúdio ao feminismo se ampara em uma capilarizada rede de estratégias para deslegitimar os movimentos e mulheres militantes, manter a égide da matriz colonial de gênero e o pacto simbólico e factual da “Casa dos Homens”. Tudo isso, por meio da abjeção pela associação a excrementos, da desvalorização das mulheres pela métrica da Prateleira do Amor e da objetificação feminina, da associação à loucura, da distorção do movimento feminista e da estereotipação das mulheres feministas.

Demarcou-se, portanto, que a violência contra as mulheres se manifesta de inúmeras formas, dentre elas, as simbólicas, que se inscrevem por práticas discursivas e se materializam em ataques por meio de desqualificação intelectual, da aparência física e de desvalidação dos espaços públicos ocupados, sendo estes um campo de disputa de poder. Neste sentido, analisar os ataques às mulheres que propõem fissurar o padrão docilizado e passivo por meio do saber é o mesmo que questionar a suposta naturalidade da colonialidade de poder, de saber e de ser.

Logo, por meio de uma perspectiva reflexiva crítica decolonial feminista, os resultados apontaram as redes sociais como uma tecnologia da matriz colonial de gênero, na qual se produz, reproduz e reitera discursividades dentro da colonialidade, reiterando violência contra as mulheres e o repúdio ao feminismo.

Consideram-se essenciais os estudos feministas e os estudos de gênero em espaços de formação educacionais – incluindo as graduações universitárias de formações profissionais – para compreensão crítica das relações de gênero e seus efeitos na saúde mental, assim como a extensão de projetos formativos e de ação em políticas públicas, como em serviços que lidam com demandas de violência de gênero para acolhimento de vítimas e na intervenção com agressores.

Destaca-se que as redes sociais podem se mostrar um campo fértil para ampliação de debates e produção de saberes, com produção de conteúdos acessíveis a toda comunidade, fora do cenário restrito das academias.

No caso de ações de misoginia em meio digital, a necessidade de discussão de leis de combate e de interdição também se fazem necessárias, sendo uma realidade presente nos tempos contemporâneos.

Por fim, reitera-se a importância da existência e o fomento de serviços que acolham as demandas de saúde mental de grupos feministas para fortalecimento individual e coletivo como rede de apoio e estratégia política, destacando a indelével relação entre a matriz colonial de gênero, identidades de gênero, subjetivação e saúde mental.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ana Carla Farias; ALVES, Ana Karina da Silva. *As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres*, 2013. Disponível em: <https://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-17225-08072013-161937.pdf>. Acesso: 5 out. 2023.
- BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRASIL. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023*. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/08/anuario-2023-texto-07-o-crescimento-de-todas-as-formas-de-violencia-contr-a-mulher-em-2022.pdf>>.
- BUTLER, Judith. *Gender Trouble*. Routledge, 1990a.
- CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- DOUGLAS, Mary. *Purity and danger: An analysis of concept of pollution and taboo*. Psychology Press, 1996.
- Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas*. Agência de Notícias – IBGE, 24 de agosto de 2023. Estatísticas Sociais. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>>. Acesso: 14 nov. 2023.
- G1. Notícias. *Pará tem uma vítima de feminicídio a cada 6 dias*. 20 de junho de 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/06/19/para-tem-uma-vitima-de-feminicidio-a-cada-6-dias.ghtml>>. Acesso: 09 set. 2023.
- GÓMEZ, Clara Maduell; DA ROCHA, Mariani Viegas. Construindo e padronizando: um estudo histórico-cultural sobre corpos femininos. *Áskesis-Revista dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar*, v. 7, n. 2, p. 38-51, 2018.
- HOOKE, Bell. Intelectuais negras. *Estudos feministas*, v. 3, n. 2, p. 464, 1995.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Editora Cobogó, 2020.
- LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: Corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.
- LARA, Bruna et al. *#Meu amigo secreto*. Org: Coletivo Não Me Kahlo [s.l.] Simplíssimo Livros Ltda., 2016.
- LAURETIS, Teresa. A Tecnologia do gênero. *Revista Mora*, v. 2, p. 6-34, 1996.
- LAZAR, Michelle. Language, communication and the public sphere: A perspective from feminist critical discourse analysis. In: WODAK, Ruth; KOLLER, Veronika. (orgs.). *Handbook of communication in the public sphere*. Berlin: Walter de Gruyter, 2008, p. 89-110.
- LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- LUGONES, María. “Rumo a um feminismo decolonial”. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 22 n. 3, setembro-dezembro/2014, p. 935-952. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>>. Acesso: 28 out. 2023.

- LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. *Rev. Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, 2020. p. 320.
- RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. Pólen Produção Editorial LTDA, 2017.
- ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Novas opções, antigos dilemas: mulher, família, carreira e relacionamento no Brasil. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto, v. 12, n. 1, p. 02-17, jun. 2004. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2004000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: 27 out. 2023.
- RODRIGUES, Carla; GRUMAN, Paula. Do abjeto ao não-enlutável: o problema da inteligibilidade na filosofia de Butler. *Anuário Antropológico*, v. 46, n. 3, p. 67-84, 2021.
- RUSSO, Jane. Ser louca e ser mulher. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 04, n. 01, p. 271-275, 1996. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X1996000100029&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: 05 out. 2023.
- SOLNIT, R. *A mãe de todas as perguntas: Reflexões sobre os novos feminismos*. São Paulo- SP: Companhia das Letras, 2017.
- SORDI, Bárbara Araújo. *Grupos de estudos feministas em espaços universitários e as insurgentes tessituras da descolonização da psicologia*. Orientador: Prof.^a Dra. Maria Lúcia Chaves Lima. 236 f. Doutorado - Curso de Psicologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.
- SPINK, M. J. P.; GIMENES, M. DA G. G.. Práticas discursivas e produção de sentido: apontamentos metodológicos para a análise de discursos sobre a saúde e a doença. *Saúde e Sociedade*, v. 3, n. 2, p. 149–171, 1994.
- WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, p. 460-482, 2001.
- YOKOMIZO, P.; LOPES, A. Aspectos socioculturais da construção da aparência no envelhecimento feminino: uma revisão narrativa. *Revista Kairós-Gerontologia*, [S. l.], v. 22, n. Especial 26, p. 285–317, 2019. DOI:10.23925/2176-901X.2019v22iEspecial26p285-317. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/2176-901X.2019v22iEspecial26p285-317>>. Acesso: 14 out. 2023.
- ZANELLO, Valeska. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Editora Appris, 2020a.
- ZANELLO, Valeska. Masculinidades, cumplicidade e misoginia na “Casa dos Homens”: um estudo sobre os grupos de WhatsApp masculinos no Brasil. *Gênero em perspectiva*. Curitiba: CRV, p. 79-102, 2020b.